

A fonte da Praça ou da Ribeira

Falarei conjuntamente das Fontes da “Praça, do Cojo e da Vera-Cruz” por que todas elas provieram de igual origem e foram alimentadas por o mesmo aqueduto. Primitivamente era este o que ficava colocado sobre os “Arcos chamados do Cojo” (...). O licenciado Cristóvão de Pinho Queimado na sua “*Memória sobre a Vila de Aveiro*” fazendo referencia às cinco fontes que diz haverem aqui em 1687, fala da “*Fonte da Ribeira*”, que hoje se chama da Praça. Chama-lhe a principal e acrescenta que “a sua água, salutífera e suave, trazida de longe pelo Vale oriental sobre arcos de cantaria, vem despender-se, por quatro canos na praça em chafariz de esquadria muito alta e sumptuosa, tão imediato ao esteiro, que divide a Vila, que dele nos batéis fazem os mareantes as aguadas, para abastecer as embarcações”. O já citado Padre António Carvalho da Costa, no segundo tomo da sua “*Corografia*”, impresso em 1708, repete o mesmo com excepção da última frase.



Ambos estes escritores são verdadeiros a respeito da fonte, mas são inexactos, dizendo, que os arcos eram de cantaria, pois eram quase na sua totalidade formados de alvenaria, sendo,

apenas, de cantaria o cano geral ou aqueduto, assente sobre os mesmos arcos. (...)

A "Fonte da Ribeira" era de boa construção e rematada com as armas de Portugal, sob as quais estavam as de Aveiro, com os seus emblemas em altos-relevos. Logo abaixo destas estava a data de 1678. Creio que não era a data da primitiva fonte, mas sim a de uma reconstrução ou de alguma restauração importante.

Três altos nichos rematados em arco e próprios para imagens, ficavam nos intervalos das quatro bicas. Destas, a que ficava ao sul, era destinada para os mareantes fazerem as suas aguadas. Não me consta que nesses nichos houvessem estado algumas imagens. O tanque era de forma rectangular e ordinária. (...)



É muito possível que a "Fonte da Ribeira" e os "Arcos do Côjo" tivessem sido construídos nos fins do século XVI ou princípios do século XVII, e que depois outras obras e consertos se houvessem feito nas mesmas edificações.

"Em 1601 concedeu El-Rei à Câmara deste concelho a faculdade de se poder utilizar, por tempo de seis anos, da imposição feita à Vila de Aveiro, nos vinhos e nas carnes, aplicando o seu rendimento para as obras nas Igrejas" (como na visitação foram mandadas fazer), "e nas calçadas e consertos de fontes". (...)

Em 1680, os Vereadores da Câmara de Aveiro dirigiram-se ao mesmo Príncipe, alegando, que *"as rendas deste concelho eram tão limitadas, que não chegavam para as suas despesas ordinárias e precisas, por cujo motivo se ficava sempre devendo dinheiro ao Procurador, que*

servia em cada ano; que por esse motivo não se acudia aos reparos necessários nos edifícios desta Vila; que se foram arruinando, desde certos anos, alguns desses edifícios, como era o Cais, por onde vem a maré até à Praça desta Vila, em que entravam e saíam as embarcações e que, pela continuação das águas, se tinha gastado pelos alicerces a ponto de estarem os muros caídos e arruinados"; que também estavam arruinados pela mesma forma "uns arcos, por que ia a água a um chafariz, que está na dita Praça", que era única fonte, que havia dentro da Vila e era a que servia à maior parte do povo e à gente das embarcações para as suas aguadas, os quais arcos se foram abrindo de sorte, que não chegava a água ao chafariz, com o que o mesmo povo padecia notável falta e igual os estrangeiros nas aguadas das suas embarcações; que também a casa da Vereação, Audiência e Cadeia estava ameaçando ruína e se estava sustentando com escoras; e havendo presos na Cadeia se avexava o povo com guardas, por ela não ser capaz de os reter; que se tinha arruinado o alpendre, que estava pegado à Igreja de S. Domingos, o qual também era do concelho e o lugar destinado, para nele se aprovarem as eleições dos Vereadores e mais justiças; que da mesma sorte se iam desfazendo as calçadas e outras serventias públicas; e por que não havia remédio para as refazer e Sua Alteza em semelhantes casos costumava conceder provisão, para se impor um real em cada quartilho de vinho, que se vendesse atavernado nesta mesma Vila, pediam os Vereadores que tal quantia fosse agora imposta e aplicada para os consertos e obras indispensáveis nessas construções, assim como se havia concedido às Vilas de Esgueira e de Ovar" (...)

Em 7 de Agosto 1686, El-Rei D. Pedro II, atendendo aos pedidos da Câmara e do povo de Aveiro, aprovou a arrematação da massa das sisas deste concelho, pelo tempo de seis anos, podendo a mesma corporação administrativa utilizar se de três mil cruzados, a título de empréstimo, os quais seriam pagos no fim daquele tempo.

Aquela quantia deveria ser aplicada para diversas obras e especialmente "*para fontes e consertos das que já existiam*". (...)

Em 1739, ou pouco antes, os Vereadores do Senado Aveirense expuseram a El-Rei D. João V, que as "*fontes estavam destruídas*"; as pontes, arruinadas; as calçadas, desfeitas, e as capelas, indecentes; e que tudo se ia desbaratando pela falta de acréscimos das sisas; que esses eram o principal e, quase o único recurso, daquela corporação administrativa para as suas obras e para pagar aos facultativos, cujos vencimentos estavam em grande atraso por falta de meios; que o cômputo das sisas nem sempre podia ser preenchido por falta de movimento marítimo, porque a barra, por se achar muito encravada, não dava ingresso nem saída às embarcações, como nos tempos, em que Aveiro estivera em grande prosperidade; e que, atendendo a esses

males e a estas circunstâncias, esperavam que Sua Majestade lhes concedesse os indispensáveis meios, para se remediarem aquelas faltas.

O Monarca, atendendo ao que fica exposto, e por um mandado ou provisão especial enviado ao Provedor da Comarca de Esgueira, concedeu- lhes a faculdade de lançarem, pelo tempo de dez anos, mais um real em cada quartilho de vinho medido, e em cada arrátel de carne pesado, tanto em Aveiro como nos lugares de Sá e Arada. (...)

Em fins de 1750 ou princípios do ano imediato, os Vereadores da Câmara, os nobres e o povo desta vila representaram a D. José I que estavam reduzidos à maior pobreza e miséria, sem terem com que satisfazerem às despesas do concelho, ordenados de médicos e outros, e sem poderem acudir às fontes, pontes, calçadas e mais obras públicas arruinadas e, o que mais era, sem poderem satisfazer a importância do cabeção das sisas, originado tudo da falta ou extinção do comércio particular, areada a barra, cujos rendimentos outrora deram ocasião a ser tão excessivo o computo das sisas, a que se obrigavam, por estar então muito florescente o comércio; esperavam que, em atenção ao referido, lhes fizesse El-Rei a mercê de prorrogar por mais tempo a imposição de dois reis em cada quartilho de vinho e em cada arrátel de carne, que nesta vila e seus ramos se vendessem para, com o produto desse imposto, poderem suprir a falta, que havia, para o cabeção das sisas e para se evitar a vexação, que se experimentava, na repartição que se fazia aos moradores, que não podiam pagar pela pobreza em que se achavam.

Foi ouvido o parecer do Provedor da Comarca e, depois de novamente ouvidos os requerentes, D. José (querendo usar da sua clemência e consultado o procurador da coroa), por sua resolução de 18 de janeiro de 1751, fez mercê à vila de Aveiro, que daí em diante ficasse obrigada somente ao encabeçamento das sisas, e que os dois reis, que se haviam concedido para o suplemento do dobro, fossem aplicados para a abertura da Barra, pelo tempo que durassem as obras e que as quantias, provenientes desse imposto, fossem arrecadadas num cofre, que para isso fosse destinado e que se fechasse com três chaves, uma das quais estaria na mão do provedor da Comarca; outra em poder do juiz de fora e outra na mão do tesoureiro que pela Câmara houvesse de ser eleito. (...)

Em 1771 fizeram-se reparos gerais em todos os Arcos do Côjo e na Fonte da Ribeira. (...)

Em 1785 a Câmara obteve, por uma provisão régia, uma concessão para poder cobrar as sisas sonegadas nos últimos dez anos e aplicar o seu produto ao conserto da Fonte da Praça e de diversos aquedutos e bem assim à reedificação dos Paços do Concelho e da cadeia.

Apesar disso, daí a três anos estava a mesma fonte tão arruinada, que chegava a secar

totalmente nos meses do estio.

Em 1792 a Câmara de Aveiro dirigiu a D. Maria I, um requerimento, em que lhe expunha quanto era miserável o estado em que se achavam os Paços do Concelho e as cadeias públicas e o quanto padecia esta cidade na contínua falta de água, porque a única fonte, que tinha, passava por um aqueduto distante e arruinado, do que resultava infeccionarem se as águas e prejudicarem a saúde. Pelos referidos motivos suplicava a Câmara a graça de poder aplicar as sisas sonegadas de toda a Comarca, para se fazerem nessas construções os indispensáveis concertos”.

A Mesa do Desembargo do Paço pediu a tal respeito informações ao Superintendente das obras da Barra e ao provedor desta comarca, com audiência da mesma Câmara, Nobreza, Povo, e procurador da Coroa Real. Essas informações foram em conformidade do que se havia requerido.

A Rainha, sendo-lhe presente a consulta do desembargo do Paço, de 8 de Novembro do mesmo ano, determinou, em 16 desse mês, que se expedissem ordens ao mesmo provedor, para que ele fizesse uma exacta indagação dos concertos, que eram necessários nesses edifícios públicos, e que a sua importância fosse posta a lanços, para ser encarregado de tais concertos, quem com mais segurança e por menos quantia os fizesse.

E constando novamente a Sua Majestade, pelas referidas diligências e auto da vistoria, a que procedeu o provedor com louvados e peritos juramentados, que todas essas construções se achavam no mais lamentável estado de ruina, e exigindo não só concertos, mas até uma inteira reedificação, determinou, em 13 de Maio de 1794 que para tais obras se applicasse o produto das sisas sonegadas dos últimos dez anos e se aceitasse o lanço de 12.800\$000 reis: oferecidos por João Pereira Zagallo, da vila de Ovar, que foi o que se prontificou a fazer todas as indispensáveis obras, por um preço, menor que todos os que foram propostos. (...)

No mesmo ano João Pereira Zagallo, sublocou por 4.800\$000 reis a empreitada do aqueduto do Côjo e da Fonte da Ribeira a Manuel de Pinho, mestre de obras e natural desta cidade.

A antiga canalização que era de tijolo foi substituída por outra de pedra granítica, que ficou até à demolição dos arcos, sendo então aproveitada, para a canalização subterrânea. (...)

Em 11 de Outubro de 1858 e pouco depois das oito horas da manhã, um tremor de terra causou grandes sustos e não poucos prejuízos em algumas localidades.

Em Aveiro também causou sustos, mas não grandes, e o único prejuízo foi o que sofreu a *Fonte da Praça*. Esta fonte desligou-se quase completamente da parede, a que se encostava e, para

que não desabasse, foi escorada com grande número de barrotes.

Ameaçava derruir-se e poder causar alguma desgraça. O *Campeão do Vouga* começou logo a advogar a ideia da rápida e completa reconstrução da fonte. A Câmara Municipal, então presidida pelo Senhor Doutor Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães reconheceu que eram tão sensatas as considerações do mesmo jornal, como reconheceu que era mister, para utilidade pública, o efetuar-se sem demora esse melhoramento.

Logo em Novembro foi arrematada a reconstrução da fonte por o sr. José da Silva, pai do sr. Silva Rocha, actual professor da Escola Industrial. Tratou logo da sua realização em 1 de Julho de 1859 foi exposta ao serviço do público a actual *Fonte da Praça*. (...)

A Fonte da Praça ficou muito elegante, com um bonito frontispício. Tem três bicas. A do meio está metida na boca de uma carranca muito saliente e que, depois da conclusão da fonte, deu motivo a diversos epigramas, quase todos desengraçados.

O frontispício é rematado por quatro pirâmides esféricas, no meio das quais se eleva, em bom tamanho, uma elipse, onde se veem as *armas de Aveiro* sob um manto aberto, rematado pela coroa real. Esta peça é a mais notável da fonte e sempre mereceu elogios dos entendedores.

Um pouco acima das bicas há um rectângulo salientado, em posição horizontal e recortado nos cantos. Nele se lê:

C. M. A.

1859

Aquelas letras querem dizer:

Câmara Municipal de Aveiro.

Com o primitivo tanque desta fonte (substituído pelo actual), houve um erro, que também deu ocasião a alguns epigramas. O tanque era de forma vulgar, mas tapado de modo, que parecia uma caixa ou antes a mesa de um altar de pedra.

Na face, voltada para cima tinha três aberturas circulares, correspondentes às três bicas, e cada uma era coberta com um enxadrezado de ferro, semelhante a uma grelha.

Por essas aberturas devia entrar a água das três bicas e, depois, seguir por o encanamento para o *Chafariz ou repuxo do Rossio*.

E, para se evitar qualquer inundação ou extravasamento de água, havia uma torneira colocada no mesmo tanque e voltada para o cais. Poderia abrir-se não só para isso, mas para a aguada

das embarcações.

A obra não deu o resultado, que no plano se esperava. O encanamento não era insuficiente para receber e conduzir os sobejos da água das três bicas, e o chafariz ou repuxo do Rossio também não era suficiente para receber e expelir com prontidão tanta abundância de líquido. E, finalmente, os ventos, que no local mais ou menos reinam, nem sempre permitiam, que de cada bica fosse a água cair directa e imediatamente na abertura, que lhe estava destinada.

Quando se estava construindo a obra, diversas pessoas previram o erro e não faltou quem afirmasse que, tendo percorrido muitas localidades dentro e fora do país, nunca tinha visto uma fonte em tais condições.

Era mister, que, para a água de cada bica, houvesse um encanamento especial e que os ventos se sujeitassem à vontade e desejos de quem delineou a obra.

O caso foi muito falia do e em alguns dias de madrugada, apareceram pregados na fonte epigramas, um dos quais era em latim e dizia: *Lusi fluere, sed non abscondi, aquam ejus fontis viderunt*. Isto é: os iludidos viram correr, mas não viram desaparecer a água desta fonte.

O termo *lusi* foi, por certo, ali empregado de propósito, para se poder tomar em dois sentidos = os lusitanos e os iludidos = Nunca se pôde saber quem fora o autor daquela frase.

Para evitar o mau resultado de tal erro, foram abertos para o cais uns canos de esgoto permanente e foi colada uma tira de pedra em toda a borda do tanque.

No entanto, os efeitos não foram tão favoráveis, como se esperava. Por isso, em Março de 1861, foi o antigo tanque substituído por outro de feitio vulgar e assim se tem conservado até hoje. (...)

Em 1874, uma associação empreendeu a construção de um caminho-de-ferro americano, desde a Estação até à Praça e depois, talvez, até o Rossio.

Foi aberto o leito para essa estrada e, da primitiva ideia, lhe proveio o nome de caminho americano que ainda tem hoje.

Por causa desse caminho foi preciso, que a Câmara mandasse demolir uma casa, que havia na Praça do Comércio, e cujo segundo andar assentava no arco, a que estava encostada a fonte do mesmo sítio.

Por efeito dessa demolição, foi mister mudar a fonte em 1875, para o vão do arco, próximo ao que foi demolido.

Nessa demolição a fonte não sofreu alteração alguma. Todas as peças foram repostas nos seus respectivos lugares.

No corrente ano de 1902 e na maior parte do encanamento destas fontes, foi substituído o

granito por manilhas de ferro zincado. Esta obra muito deve concorrer para tornar mais potável a água das Fontes da Praça e Vera-Cruz e, se não fosse muito dispendiosa, bom seria, que se fizesse em todos os aquedutos desta povoação.